

18 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

TJ absolve acusados por cratera do metrô

Por 2 votos a 1, tribunal manteve absolvição de 12 réus ligados às construtoras ou à estatal do governo paulista

Ministério Público vai avaliar recurso; 'parece que sempre ganha o mais forte', diz filho de vítima da tragédia

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a absolvição de todos os acusados pelo acidente nas obras da linha 4-amarela do metrô, que deixou sete mortos em janeiro de 2007, no começo do governo José Serra (PSDB).

A decisão, por 2 votos a 1, foi tomada nesta quinta (17), em resposta a recurso da Promotoria, que pedia a condenação de 12 pessoas ligadas às construtoras ou ao Metrô.

Os réus já haviam sido absolvidos na primeira instância, em maio deste ano — na ocasião, 14 foram inocentados; para dois deles, não houve nem recurso do Ministério Público para a revisão da sentença em segunda instância.

A tragédia nas obras da estação Pinheiros foi a maior da história do metrô paulista.

Entre os 12 acusados alvo de julgamento no Tribunal de Justiça havia 3 funcionários da estatal (de médio ou baixo escalão, como gerentes e fiscais, mas ninguém da cúpula) e 9 das empreiteiras ou de terceirizadas (engenheiros, projetistas e um diretor).

As obras na linha 4-amarela eram de responsabilidade do Consórcio Via Amarela, liderado pela Odebrecht e integrado também por OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

Para dois desembargadores do TJ, Fernando Simão e Alberto Anderson Filho, há dúvidas se os técnicos da obra poderiam prever a cratera. Eles avaliam que não ficou provada a culpa dos réus.

Simão argumentou que deixar de punir os réus pode gerar “certo desconforto, incômodo dos leigos”, mas que os juízes não podem se influenciar por isso. “Uma condenação, com preocupação de dar satisfação social, diante de tamanha tragédia, por si, não se justifica”, afirmou.

Ele ressaltou os impactos na reputação dos acusados. “Mesmo porque de uma tragédia poderia surgir outra, qual seja o desmoronamento profissional de pessoas reconhecidamente capacitadas.”

Outro desembargador, Freitas Filho, que foi voto vencido, considerou que as provas existentes no processo não deixam dúvidas de que a abertura da cratera só ocorreu “por falhas do projeto e da execução da obra”, “bem como pelas desconsiderações do quadro de instabilidade e aumento do ritmo e velocidade das detonações”.

O procurador Carlos Talarico, representante do Ministério Público, disse ainda não saber se a instituição vai recorrer. Como a decisão não foi unânime no TJ, uma das possibilidades de recurso, segundo ele, pode ser um pedido de nova sessão no tribunal, com a convocação de outros magistrados para opinar.

'O MAIS FORTE'

Seis das sete vítimas do acidente não trabalhavam na obra — eram pessoas que passavam pela rua e acabaram engolidas pela cratera.

“Neste país parece que sempre ganha o mais forte”, disse à **Folha** Silvio Antônio de Azevedo, 45, filho da aposentada Abigail Rossi de Azevedo, uma das sete vítimas.

“O mais triste de tudo isso é, com essas decisões, erros desse tipo [em obras públicas] voltarem a ser cometidos novamente”, afirmou.

Ao ser questionado sobre a situação das famílias das vítimas, Talarico disse que aceitar os resultados das decisões da Justiça faz “parte das regras do sistema democrático”.

“A posição do promotor de Justiça é de combater a decisão judicial dentro do processo e não atacar a decisão judicial fora do processo.”

A sustentação oral dos funcionários do consórcio ficou a cargo do advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveira, que defendeu a tese de imprevisibilidade do acidente.

CONTINUA

18 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Se é obra de Deus, se é obra do destino, se é o azar, não se sabe. Mas nem sempre, quando há uma fatalidade, quando há morte, quando há um desastre, quando há uma tragédia, é preciso que haja culpados. O imponderável está presente nas nossas vidas.”

PROPINA

Conforme revelou a **Folha** nesta quinta, profissionais ligados a três das construtoras do consórcio que fez a linha 4 apontam que representantes de empreiteiras envolvidas no acidente negociaram propina com um advogado que se dizia intermediário de um promotor de Justiça.

Um dos nomes citados dizia representar o então promotor Ruy Pires Galvão Filho.

À época do acidente, Galvão integrava a equipe de promotores do foro de Pinheiros (zona oeste), responsável pelo caso. Ele nega ter atuado na apuração, apesar de ter assinado papéis da investigação.

A cúpula do Ministério Público abriu investigação sobre um suposto pagamento de propina no mês passado, após a **Folha** revelar que documentos obtidos pela PF mostravam indícios de suborno.

Colaborou GUILHERME ZOCCHIO

“O mais triste de tudo isso é, com essas decisões, erros desse tipo [em obras públicas] voltarem a ser cometidos novamente

SILVIO ANTÔNIO DE AZEVEDO, 45
filho de uma das vítimas da tragédia

CRONOLOGIA

- 12.jan.2007
Desabamento nas obras da linha 4 mata sete pessoas
- Entre 2007 e 2008
Ministério Público investiga o caso, concluindo que, desde dez.2006, já havia sinais de que o terreno estava cedendo
- Jan. e fev.2009
Promotores denunciam 14 pessoas (cinco do Metrô e nove de empresas)
- 11.mai.2016
Em primeira instância, juíza inocenta os 14 acusados
- 19.out.2016
Folha revela que documentos apreendidos pela PF sugerem suborno a promotores por empreiteiras; MP abre inquérito
- 17.nov.2016
Em segunda instância, Tribunal de Justiça de SP mantém absolvição

COMO VOTARAM OS JUÍZES NESTA QUINTA

2 pela absolvição

- > Não é possível saber se os responsáveis agiram de forma imprudente ou negligente
- > Provas apontam para um acompanhamento rigoroso na construção do túnel

1 pela condenação

- > Provas indicam que houve falhas no projeto e execução
- > Foi desconsiderada a instabilidade do canteiro

CONTINUA

18 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

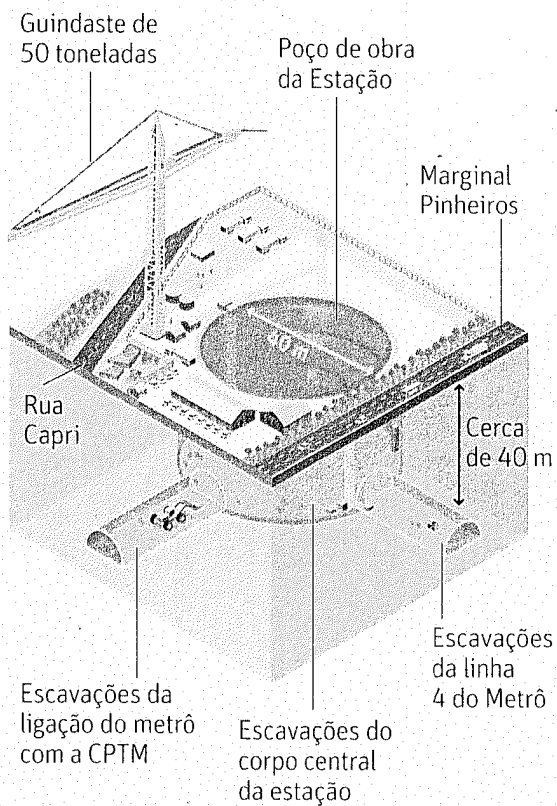
CONTINUAÇÃO

DEZ ANOS ATRÁS

Acidente em obras da linha 4-amarela, em Pinheiros, ocorreu no dia 12.jan.2007

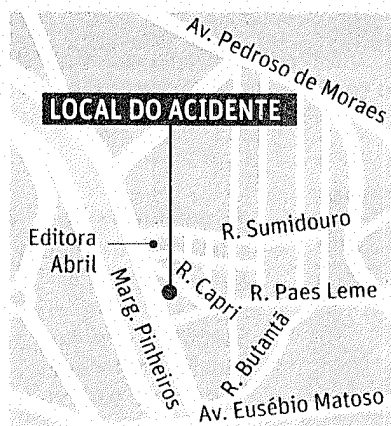
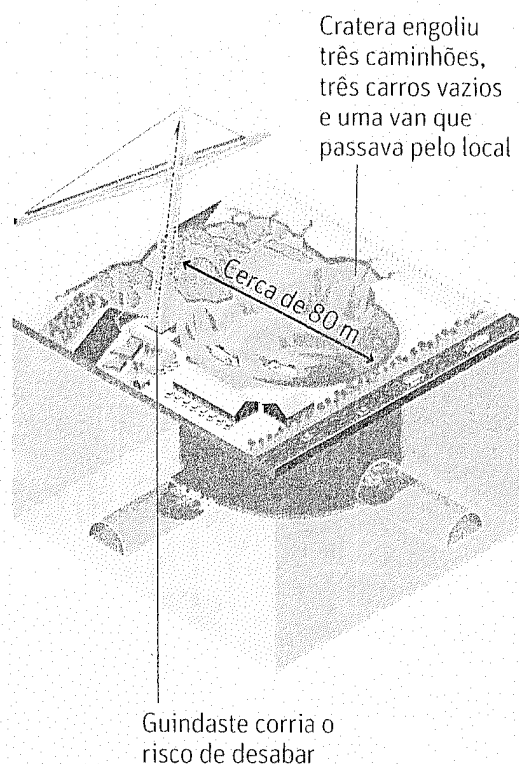
CANTEIRO DE OBRAS

Construção da estação Pinheiros da linha 4-amarela do metrô, inaugurada em 2011



ACIDENTE

Em 12.jan.2007, por volta das 15h, desabamento abre uma cratera com cerca de 80 m



7 MORTOS



3 passavam pela região



3 estavam em uma van que foi engolida pela cratera



1 trabalhava na obra

CHUVAS

Na época, as construtoras disseram que o solo já instável da região foi agravado por fortes chuvas dias antes

Magistrados reclamam de iniciativas do Congresso

Senadores fazem 'investida', diz juiz

Líderes de associações de juizes do país se reuniram nesta quinta (17) com a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, para falar sobre a comissão do Senado para tratar de supersalários nos três Poderes e de propostas vistas como tentativa de enfraquecer o Judiciário.

Segundo o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo Santos Costa, as iniciativas que mais preocupam são a inclusão do crime de responsabilidade para magistrados, a anistia a políticos que praticaram caixa dois, o projeto de lei de abuso de autoridade e a proposta que acaba com reajustes no Judiciário sempre que há aumento para os ministros do Supremo.

"Alguns parlamentares estão tentando reprimir o sistema de Justiça, que está fazendo as investigações mais importantes do país", disse.

18 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Lábios selados

Eduardo Cunha ainda não emitiu sinais de que pretende propor um acordo de delação premiada à Lava Jato. Nas conversas que mantém na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, onde está preso desde 19 de outubro, o ex-presidente da Câmara transparece estar longe da colaboração. Esse cenário, porém, pode mudar à medida que suas tentativas de liberdade forem se esgotando. E Cunha já tomou o primeiro revés: o ministro Teori Zavascki (STF) não aceitou seu pedido de soltura.

Cartão de visita Surgiu na Câmara mais um candidato ao Conselho Nacional de Justiça: o advogado Maurício Vasconcelos. Ele compôs o grupo da OAB que investigou ações do juiz Sergio Moro depois da interceptação de telefones de advogados. A bandeira tenta parte da Casa.

Sem consenso, votação de pacote da Procuradoria é adiada

Deputados pressionam relator para incluir anistia a caixa dois

DE BRASÍLIA

A votação do parecer das medidas propostas pelo Ministério Público Federal foi adiada mais uma vez.

O relatório do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) seria votado na quarta-feira (16), depois nesta quinta-feira (17). No entanto, como não se chegou a um consenso em ao menos dois pontos do texto, a comissão especial que analisa a proposta só deve vo-

tá-la na próxima terça (22).

A sessão desta quinta, que se restringiria a discutir o projeto, não aconteceu por falta de quórum. Apenas 15 dos 30 membros da comissão compareceram.

Lorenzoni está sendo pressionado por deputados em duas questões: anistia a caixa dois e punições mais rígidas para juizes e membros do Ministério Público.

Congressistas de diversos partidos querem que ele dei-

xe claro que políticos que praticaram caixa dois antes da lei não serão punidos.

O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reuniu nesta quarta-feira em seu gabinete líderes e integrantes dos principais partidos políticos para discutir a proposta de anistia.

Operação nesse sentido acabou frustrada em setembro, mas as principais siglas decidiram assumir o desgaste de aprovar a medida.

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

O furúnculo explodiu

18 NOV 2016

RIO DE JANEIRO — O Brasil parece em guerra contra o Brasil. Segundo estatísticas relativas a 2015, a cada nove minutos alguém no país foi vítima de algum tipo de assassinato — homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, assalto com morte ou morte decorrente de ação policial. Significa que, em um ano, 58.492 pessoas sofreram morte violenta. Em termos de violência contra a mulher, os números são ainda mais espantosos: houve 45.460 estupros, ou 125 por dia — apenas entre as ocorrências registradas. E sabe-se lá quantas agressões a homossexuais, negros, índios, mendigos e animais.

Essa brutalidade tem seu equivalente na área institucional. Políticos insultam juízes. Senadores chamam-se uns aos outros de canalhas e engolem o insulto. E a desmoralização do setor público, flagrante há anos, rebaixou a atuação política à pancadaria — a ordem é, primeiro, ocupar, agredir e depredar; depois, alegar que o poder não aceita discutir. Mas como discutir entre palavras de ordem, socos e pontapés? Ninguém mais pode se fazer somente de vítima — os bandos que incendeiam pneus, infernizam as cidades, invadem as câmaras e as assembleias e destroem patrimônio público e privado cobrem agora todo o espectro político.

Repórteres são ofendidos e atacados em manifestações, ao vivo, por ativistas de rosto coberto. A tragédia de Santiago Andrade, cinegrafista da TV Bandeirantes, morto pelas costas por um rojão lançado por dois black blocs, ameaça se repetir.

Em Goiânia (GO), um pai matou a tiros o filho de 20 anos, por não aceitar suas posições políticas, e se matou em seguida. Não foi um rompan-te, mas o clímax de um processo que devia ser uma fonte diária, de parte a parte, de suplício familiar. Quantas outras famílias não estarão vivendo esse suplício?

O furúnculo nacional finalmente explodiu.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Justiça poética

SÃO PAULO. Enquanto as finanças do Rio de Janeiro vão se desmilitarizando e a Assembleia Legislativa local vira palco de confrontos campestres, a Justiça determina a prisão preventiva dos ex-governadores Anthony Garotinho e Sérgio Cabral.

Não sei se o “timing” das operações policiais foi ajustado para coincidir com o agravamento da crise. Também não sei se as prisões preventivas, que em tese servem apenas para garantir o bom andamento do processo, não para punir criminosos, foram aplicadas segundo a melhor interpretação da lei. O que eu sei é que o encarceramento dos ex-mandatários, especialmente o de Cabral, oferece à população fluminense um pouquinho de justiça poética. Num momento em que autoridades propõem cortar até um terço dos salários e aposentadorias de servidores públicos, não deixa de ser reconfortante ver pelo menos um dos responsáveis pelo descalabro econômico sofrer um pouquinho.

Justiça poética, para os que não lembram, é um artifício literário utilizado para fazer com que a virtude seja recompensada, e o vício, punido. É o esquema básico de Hollywood. O mocinho vence, fica com a garota e o bandido sempre leva a pior, não raro provando do próprio veneno. Fazer justiça poética significa, assim, restaurar a ordem moral, que é o que, no universo clássico, justifica socialmente a própria literatura, vista com desconfiança já desde Platão.

O mundo da literatura, contudo, tem uma vantagem sobre o mundo real. No reino das letras, a história acaba no ponto em que o autor desejar, não sendo necessário lidar com toda a bagunça deixada pelo vilão. A narrativa pode simplesmente calar sobre isso. No Rio de verdade, porém, mesmo que punições exemplares sejam distribuídas a todos os políticos, ainda restará o caos fiscal para administrar. Isso significa que será necessário definir quais grupos pagarão quais fatias da conta. Não há justiça poética que resolva isso.

18 NOV 2016

18 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF, vaquejada e abate religioso

HÉDIO SILVA JR.

No julgamento em que examinou a regulamentação da vaquejada, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu acertadamente que essa manifestação cultural implicava crueldade e maus-tratos aos animais.

Na vaquejada o boi é enclausurado, açoitado, instigado a correr e tem sua cauda retorcida até cair.

Por esse ângulo, a prática não tem absolutamente nenhuma relação com o abate religioso de animais, um preceito alimentar e litúrgico adotado por judeus, muçulmanos e candomblecistas, regulamentado pelo decreto federal nº 30.691/1952, por normativas do Ministério da Agricultura e decretos estaduais.

A técnica da jugulação, comum no judaísmo, no islamismo e nas religiões afro-brasileiras, é catalogada pelo Ministério da Agricultura como método humanitário, pois provoca morte instantânea, reduz a dor ao patamar mínimo e evita sofrimento desnecessário.

O direito à alimentação kosher (judaica) e halal (islâmica) tem sido ratificado por reiterados julgamentos do Tribunal de Justiça de São Paulo, nos quais companhias aéreas foram condenadas a indenizar passageiros que solicitaram previamente dieta religiosa e foram negligenciados pelos transportadores.

Do ângulo econômico, atualmen-

Os maus-tratos aos animais na vaquejada não têm relação com o abate religioso, um preceito alimentar e litúrgico regulamentado por decreto

te o Inmetro e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços investem na criação de um Selo Halal para que o Brasil amplie negócios com o cobiçado mercado alimentício muçulmano —em 2015 essas certificações movimentaram cerca de US\$ 1 trilhão.

Para além de sua dimensão dietética e econômica, o abate religioso constitui um preceito litúrgico referido já no Antigo Testamento, visto que o terceiro livro do Pentateuco, Levítico, faz inúmeras alusões ao abate de animais.

Na Kaparot, ritual judaico realizado nas vésperas do Yom Kipur (Dia do Perdão), um homem apanha um galo —ou, sendo mulher, uma galinha— e passa o animal nove vezes sobre a cabeça, recitando a prece “bracha bnei adam” (seja esta minha expiação). Em seguida entregam o animal ao shochet, sacerdote responsável pelo abate.

Já os muçulmanos celebram a Eid al-Adha (Festa do Sacrifício), cerimônia realizada no décimo dia do

último mês do calendário islâmico, no fim da hajj (peregrinação a Meca). São sacrificados carneiro, camelo, cabra ou boi.

De seu turno, as religiões afro-brasileiras, especialmente o segmento filiado à doutrina iorubá, celebram o Etutu (ritual de oferendas), sendo que o alimento resultante do abate é consumido pelos fiéis e pela comunidade que circunda os templos.

Em breve os parâmetros jurídicos do abate religioso serão examinados pelo STF, tendo como base uma decisão do Tribunal de Justiça gaúcho de que o abate praticado pelas religiões afro-brasileiras, desde que sem excesso ou crueldade, nada tem de ilegal ou inconstitucional.

Vale lembrar que a Constituição Federal assegura a liberdade de culto e de liturgia, proíbe o Estado de embaraçar o funcionamento das cerimônias religiosas, protege as manifestações culturais e prescreve a valorização da diversidade étnica.

Por esse ângulo, é possível afirmar que o julgamento do abate religioso terá pouca ou nenhuma relação com o julgamento da vaquejada. Com a palavra, o STF.

HÉDIO SILVA JR. é advogado. Foi secretário da Justiça do Estado de São Paulo (gestão Geraldo Alckmin)

FOLHA DE S. PAULO

A lei é limite para todos

ONYX LORENZONI

Nada do que propusemos
no relatório da Câmara
atrapalhará o trabalho da
Lava Jato. O Brasil será outro
no combate à corrupção

18 NOV 2016

O projeto conhecido como dez medidas contra a corrupção chegou ao Congresso brasileiro no final de março, com o respaldo de mais de 2 milhões de assinaturas. Preconiza a construção de um novo modelo, no qual a lei seja o limite para todos.

Foram meses de trabalho até agora na Câmara. Ouvimos mais de cem especialistas em todas as áreas do mundo jurídico. Recebemos autoridades espanholas e do Reino Unido. Todos, do seu modo e com sua visão, colaborando para que o controle, a transparência e o combate à impunidade no novo Brasil sejam eficientes e eficazes.

Segundo recente publicação, somos, vergonhosamente, o quarto país mais corrupto do mundo. A Transparência Internacional nos coloca no desonroso 76º lugar de sua lista.

Ao longo dos debates sobre o pacote de dez medidas na Câmara, do qual sou relator, muitos disseram que não precisávamos de novas leis, novas penas, pois elas já existiriam em número suficiente.

Davam como exemplo a Lava Jato, mas a operação é um ponto fora da curva, uma rara conjunção de talento e preparo do juiz Sérgio Moro e da jovem equipe de procuradores de Curitiba, similar à operação Mãos Limpas na Itália.

Foi ela que inspirou o Ministério Público a provocar positivamente o Congresso Nacional com as dez medidas, para que o caminho do Brasil seja diferente do italiano. Lá, após a Mãos Limpas, o Parlamento afrouxou a legislação anticorrupção. Não é esse o caminho que queremos.

A leitura do relatório, na última semana, deu início à última etapa na comissão especial que analisa as dez medidas.

Nos últimos dias, dois outros projetos de lei, estes sim abusivos e na contramão do que a sociedade deseja, causaram muita confusão entre as pessoas. Nenhum dos dois tem relação com as dez medidas.

O desastrado PL 3.636/15 prevê que acordos de leniência deixem a Justiça de fora, o que atrapalharia as investigações. Nosso relatório, ao contrário, prevê que esses acordos só devem ser feitos com participação do Ministério Público e obrigatoria homologação da Justiça.

Outro projeto que causa confusão é o que trata de abuso de autoridade, o PL 280/16, promovido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB).

Não reproduzimos nenhuma vírgula desse desvirtuado projeto, mas mesmo assim entramos em consenso para retirar do relatório a medida que prevê crimes de responsabilidade para magistrados e membros do Ministério Público.

O que não pôde ser acatado na íntegra, incluindo a questão do habeas corpus e das provas ilícitas, será debatido em outras comissões.

Nosso relatório traz todos os conceitos das dez medidas e avanços que deram certo em países que são exemplo no combate à corrupção.

Correções ainda poderão ser feitas. Como disse Sergio Moro na comissão, ninguém é dono da verdade. O certo é que nada do que propusemos atrapalhará o trabalho da Justiça ou as investigações da Operação Lava Jato.

Nada fere a autonomia da Polícia Federal, retira direitos individuais ou produz qualquer facilidade para quem praticou algum delito.

Após aprovação do pacote das dez medidas, o Brasil será outro no combate à corrupção. Trabalho com a esperança de ver nosso país tomar a frente e ser um farol para a América Latina, continente tão devastado por essa prática nociva.

Eu também assinei as dez medidas. Queremos um país em que a lei seja o limite para qualquer cidadão.

ONYX LORENZONI é deputado federal (DEM-RS) e relator na Câmara do pacote de medidas contra a corrupção apresentado pelo Ministério Público

18 NOV 2016

FOLHA DE S. PAULO

Depois de dois anos e oito meses, Alberto Youssef deixa a prisão no Paraná

Um dos primeiros delatores da Operação Lava Jato, doleiro vai para São Paulo, onde permanecerá em prisão domiciliar

DE CURITIBA

Delator da Operação Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef deixou a prisão em Curitiba, nesta quinta-feira (17), e passará a cumprir regime domiciliar após quase três anos de cárcere.

Youssef colocou tornozeleira eletrônica e saiu de carro da Justiça Federal do Paraná, por volta das 14h15, acompanhado de um advogado.

Ele seguiu no mesmo automóvel para São Paulo, onde viverá pelos próximos quatro meses em um apartamento alugado na Vila Nova Conceição, bairro nobre na zona sul da cidade.

O valor do aluguel, que chega a R\$ 2.800 com condomínio, será custeado pela família do doleiro.

“Grande dia”, disse o advogado Antônio Figueiredo Basto, ao chegar à sede da Justiça, para acompanhar seu cliente.

Segundo ele, Youssef estava “extremamente feliz” e “não cabia em si”.

Para o advogado, a colaboração do doleiro, um dos primeiros delatores da Lava Jato, foi “excepcional” e justifica a concessão do benefício, após dois anos e oito meses de prisão.

“Sem a contribuição dele, vocês [repórteres] não estariam aqui. Não haveria Lava Jato”, disse.

O doleiro já havia feito um acordo de colaboração no início dos anos 2000, no caso Banestado, também celebrado pelo juiz Sergio Moro, mas voltou a praticar crimes e aca-

bou preso pela Lava Jato, em março de 2014.

“Ele está ressocializado. Mais do que uma advertência, ele sofreu uma pesadíssima lição”, afirmou Basto.

Youssef teve que abrir mão de quase todos os seus imóveis após o acordo — só sobram dois apartamentos, onde hoje vivem sua ex-mulher e uma de suas filhas.

Nos próximos quatro meses, não poderá sair do prédio onde vai morar. Depois, passará ao regime aberto.

O doleiro ainda não sabe o que fará para se sustentar. Se voltar a praticar crimes, perderá os benefícios do acordo e pode voltar à prisão.

Ele está escrevendo um livro a respeito de seu envolvimento no escândalo. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

Sérgio Cabral é preso em braço da Lava Jato

Ex-governador do Rio é acusado de chefiar organização criminosa que desviou mais de R\$ 220 milhões de recursos federais em obras feitas naquele estado

Italo Nogueira
Folhapress

Rio - O ex-governador do Rio Sérgio Cabral foi preso na manhã dessa quinta (17) em seu apartamento no Leblon, zona sul da capital fluminense. A prisão ocorreu na Operação Calicute, uma ação conjunta das forças-tarefas da Lava Jato no Rio e em Curitiba. Os investigadores apuram o desvio mais de R\$ 220 milhões de recursos públicos federais em obras realizadas pelo governo do estado, que passa por uma crise fiscal e, por isso, teve R\$ 170 milhões bloqueadas pela União. São investigados também corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa. Também tiveram mandados de prisão expedidos Hudson Braga, ex-secretário de obras e braço direito do atual governador, Luiz Fernando Pezão, e Wilson Carlos, que coordenou a campanha de Cabral e é ex-secretário de Governo. A mulher de Cabral, Adriana Ancelmo, foi alvo de condução coercitiva.

Cabral foi transferido para o presídio de Bangu, na zona oeste do Rio, na noite dessa quinta (17). Pessoas foram às

Prisão foi comemorada com fogos de artifício

ruas para acompanhar a viagem feita pelo comboio de carros da Polícia Federal e soltaram fogos.

Segundo a Polícia Federal, foram identificados fortes indícios de cartelização de grandes obras executadas com recursos federais com pagamento de propinas a agentes estatais, entre eles, um ex-governador do estado do Rio de Janeiro. Os mandados de busca e apreensão foram expedidos pelos juízes Sérgio Moro, de Curitiba, e Marcelo Bretas, do Rio.

De acordo com o Ministério Público Federal do Rio, o "objetivo é o de aprofundar investigações sobre organização criminosa chefiada pelo ex-governador Sérgio Cabral - dedicada à prática de atos de corrupção e lavagem de dinheiro, composta por dirigentes de empreiteiras e políticos do alto escalão do governo do Rio".

A investigação tem origem nos trabalhos da operação Saqueador, que prendeu o empreiteiro Fernando Cavendish, e nas colaborações de executivos da Andrade Gutierrez e Carioca Engenharia. "As investigações apontam para a prática de corrupção na contratação de diversas obras conduzidas no governo de Sérgio Cabral, entre elas, a reforma do Maracanã para receber a Copa de 2014, o denominado PAC Favelas e o Arco Metropolitano, financiadas ou custeadas com recursos federais", diz o MPF do Rio. A propina paga é avaliada, "em patamar preliminar", em R\$ 224 milhões.

De acordo com a força-tarefa no Rio, Cabral recebia mesadas da Andrade Gutierrez e da Carioca. Empreiteiras também relataram o pagamento de uma "taxa de oxigênio" no valor de 1% sobre os projetos ligados à Secretaria de Obras, comandada por Braga. Há ainda suspeita de pagamento de propina a Cabral nas obras de terraplanagem do Comperj, em Itaboraí.

CONTINUA

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Foram colhidas provas que evidenciam que o ex-governador recebeu, entre os anos de 2007 e 2011, ao menos R\$ 2,7 milhões, da empreiteira Andrade Gutierrez, por meio de entregas de dinheiro em espécie, realizadas por executivos da empresa para emissários do então governador, inclusive na sede da empreiteira em São Paulo”, diz a Procuradoria. “A investigação apurou, por exemplo, que apenas dois investigados, entre os anos de 2009 e 2015, efetuaram pagamentos em espécie, de diversos produtos e serviços, em valores que se aproximam de R\$ 1 milhão”, afirma a procuradoria. O nome da operação faz uma referência à tormenta de Cabral em Calicute, na Índia.

GAROTINHO

A prisão ocorre um dia após a prisão de outro ex-governador do Rio, Anthony Garotinho (PR), preso preventivamente sob acusação de comandar um esquema de compra de votos na eleição em Campos dos Goytacazes (RJ), sua base eleitoral.

A investigação de Garotinho não está relacionada à da Operação Lava Jato. De acordo com o Ministério Público, Garotinho conseguia votos para seus aliados em troca da inscrição fraudulenta de beneficiários do programa social Cheque Cidadão, que destina R\$ 200 a famílias pobres. Garotinho permanece internado na

unidade coronariana do Hospital Municipal Souza Aguiar, no centro do Rio, em monitoramento intensivo.

CPI

Após a prisão do ex-governador Sérgio Cabral por suspeitas de corrupção, deputados do Rio conseguiram assinaturas para abrir duas CPIs para investigar os governos do PMDB no estado. Uma vai investigar denúncias de superfaturamento em obras do Maracanã e do metrô e a outra, os benefícios fiscais concedidos pelo governo a empresas. “Desde maio deste ano, estou tentando coletar assinaturas e só consegui 15. Hoje, consegui chegar às 24 necessárias”, disse a deputada Zeidan (PT), que protocolou no pedido de investigação sobre as obras do Maracanã e do metrô. As obras de reforma do Maracanã foram citadas pelo Ministério Público Federal como uma das razões para o pedido de prisão do ex-governador. (Colaborou Nicola Pampolna/Folhapress)

CONTINUA

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Moro bloqueia R\$ 10 milhões de Cabral, mulher e outros dez

Mateus Coutinho,
Julia Affonso,
Ricardo Brandt e
Roberta Pennafort

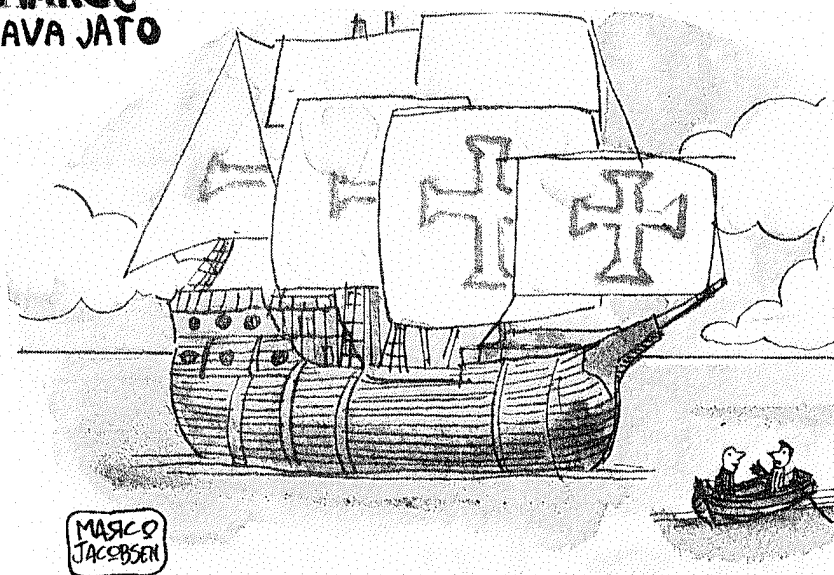
Agência Estado

São Paulo - O juiz federal Sérgio Moro decretou o bloqueio de R\$ 10 milhões do ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) e de outros onze investigados, inclusive a mulher do peemedebista, Adriana de Lourdes

Ancelmo, e do escritório de advocacia dela, o Ancelmo Advogados. A decisão de Moro é relativa exclusivamente a uma investigação de sua alçada, aberta contra Sérgio Cabral, que teria recebido propinas de R\$ 2,7 milhões em obras da Petrobras - no caso o Complexo Petroquímico do Rio (Comperj). Os inquéritos e processos sobre corrupção nos contratos da Petrobras es-

tão sob a guarda de Moro. A origem da Lava Jato são os empreendimentos fraudados da estatal petrolífera no período de 2004 a 2014. Por isso, Moro também mandou prender Cabral - simultaneamente, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio, decretou a prisão do ex-governador, mas por propinas em outras obras bilionárias, sem vínculo com a Petrobras.

**CHARGE
LAVA JATO**



- Demorou, mas pegaram o Cabral!
- Viu? Depois dizem que a justiça brasileira é lenta...

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

AMB pede saída de Renan

O presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), João Ricardo Costa, endureceu as críticas ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), nessa quinta-feira (17) sugerindo que o peemedebista deveria se afastar do cargo. Para Costa, o parlamentar está muito mais interessado em resolver o "seu problema" em relação ao seu envolvimento na Operação Lava Jato do que em pensar nos interesses da sociedade. Renan é alvo de pelo menos 11 inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF). "Durante muito tempo em que ele esteve no poder, o País foi saqueado. Isso já é justificativa suficiente para um homem público ou se afastar do cargo ou tomar providências que sejam positivas, e não providências que sejam de reprimir ou de tirar o poder do Judiciário, que hoje está sendo importante e fundamental", declarou Costa.

MILITÃO

Magistrados foram reclamar de Renan

O juiz João Ricardo Costa, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, e outros juízes, foram ontem para reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Rocha. Disseram a ela que o senador Renan Calheiros, diante das suspeitas e investigações contra ele, tenta prejudicar o trabalho do Judiciário. E afirmou João Ricardo que Renan é contra os salários dos juízes (ordenados e verbas legais frutos de decisão judicial e legislação), e que a pretexto disso ele vem retaliando o poder judiciário. Afirmou ainda para a presidente do STF que Renan há muito tempo deveria afastar-se da presidência do Senado.

●● O juiz aposentado e professor Miguel Bompeixe receberá dia 25 o título de cidadão Honorário de Londrina.

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

PEC do teto

Parlamentares da oposição entraram com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) nessa quinta-feira (17) pedindo a suspensão de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto dos Gastos Públicos no Congresso. Os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Humberto Costa (PT-PE) dizem que a medida “estrangula” a independência financeira do Legislativo e do Judiciário. O caso será analisado pelo ministro Luís Roberto Barroso. O Senado deu início ontem às sessões de discussão da PEC. Segundo o regimento interno da Casa, são necessárias cinco sessões ordinárias para contar prazo para a votação. A apreciação em primeiro turno da proposta está marcada para 29 de novembro. A votação final deve ser em 13 de dezembro.

Anistiados políticos

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nessa quinta-feira (17), que a União deve efetuar o pagamento imediato de indenização a anistiados políticos. A decisão tem repercussão geral e valerá para todos os 946 processos que estavam suspensos no Brasil esperando o posicionamento da Corte. Os ministros ainda precisam definir em que termos a tese será aplicada aos outros casos. O sargento anistiado da Aeronáutica no Recife-PE Gilson de Azevedo Souto obteve em 2003 o direito de receber o pagamento mensal no valor de R\$ 2.668,14, com efeito retroativo a partir de janeiro de 1998. O valor total do pagamento retroativo a que ele tem direito é de R\$ 187.481,30.

Argumento rejeitado

Através de um recurso apresentado ao Supremo, a Advocacia Geral da União alegava que, “ante a inexistência de disponibilidade orçamentária”, não era possível fazer a reparação econômica ao sargento. A União também argumentava que a obrigatoriedade do pagamento imediato poderia causar um efeito multiplicador de decisões semelhantes, “fato a ensejar o pagamento de quantias milionárias”. Por dez votos a zero, no entanto, os ministros presentes na sessão se manifestaram a favor do parecer do relator, ministro Dias Toffoli, que negou provimento do recurso.

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Demissão

Nenhum dos 71 auditores fiscais envolvidos nas roubalheiras da Publicano, afora o enquadramento judicial e o processo administrativo, sofreu qualquer punição, mas o delator do esquema, auditor Luiz Antonio de Souza, foi demitido por ato recente do Executivo. Ora, uma das declarações do delator foi a de que dinheiro achacado por fiscais em cima de contribuintes irrigou a campanha da reeleição de Beto Richa, assunto que está sob inquérito no STJ. O advogado do fiscal demitido, Eduardo Duarte Ferreira, estranha: "Não há sistema jurídico no mundo, administrativo ou penal, em que o acusado pode julgar o acusador".

Luiz Antonio, em razão da Publicano 5, havia perdido os benefícios da delação premiada por ter inclusive voltado a praticar crimes mesmo dentro da prisão.

O incrível é que no momento em que mais se carece da ação fazendária diante da crise, visível na quebra fiscal, há tanta gente da hierarquia envolvida na corrupção tida como liderada pelo parente distante do governador, Luiz Abi Antoun, já condenado na Voldemort.

Agora os profissionais

No momento em que acompanhava seu cliente, o doleiro Youssef, que deixava a prisão, o advogado Antonio Augusto Figueiredo Basto, declarou aos jornalistas: "Agora é que a Lava Jato chega nos profissionais!". Como se José Dirceu e também o Eduardo Cunha fossem "dentes de leite" para usar o jargão da bola. Seria o ex-governador Sérgio Cabral o primeiro dos profissionais?

18 NOV 2016

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Malandragem de Wagner pode ser anulada no STF

Além de ver seu ato de nomeação anulado, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), corre o risco de responder por obstrução à Justiça, caso confirme o ex-ministro Jaques Wagner (PT) como seu secretário. A malandragem é idêntica à nomeação de Lula ministro. Assim como anulou o ato de Dilma, diz um ministro do STF, se for provocado, o Supremo Tribunal Federal deve invalidar a nomeação de Wagner.

Cadeia, de certeza

A manobra pode render ação penal por crime de obstrução, dos poucos que dão cadeia na certa, como no caso Delcídio Amaral (ex-PT-MS).

Foro privilegiado

Com a nomeação, Jaques Wagner quer ganhar foro privilegiado para fugir do alcance do juiz federal Sérgio Moro, de primeira instância.

Sobe para o STJ

Como secretário de Estado, Jaques Wagner terá de ser processado e julgado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Pressão petista

Amigos de Rui Costa afirmam que o PT e o próprio Wagner, que o inventou como candidato a governador, pressionam pela nomeação.

GAZETA DO POVO

CRISTOVAM BUARQUE

18 NOV 2016

A corrupção das estruturas

Falta um juiz para julgar a imoralidade nas estruturas sociais brasileiras. Quando a realidade exige mudanças nas estruturas, não fazê-las é uma forma de corrupção. Por 300 anos, nenhum juiz julgou ilegal a escravidão. Aceitamos a maldita estrutura da servidão de seres humanos trazidos da África. Até hoje, temos latifúndios improdutivos com terras sem homens e milhões de homens sem trabalho fora da terra. Isso é permitido pelas leis que protegem uma estrutura tão corrupta quanto a escravidão. E não há juiz para julgar essa imoralidade.

Desde a Proclamação da República temos uma bandeira com um texto escrito nela. Quase 130 anos depois, temos duas vezes mais adultos analfabetos, fabricados pela imoralidade com a qual a estrutura educacional "republicana" trata os pobres. Desde a infância, nossas crianças são apartadas, separando aquelas tratadas com todo o cuidado e com boas escolas e as que sofrem fome, não têm escola e caminham para um destino perdido. Isso é mais que desigualdade social, é imoralidade, corrupção da estrutura educacional, sem que juízes julguem os culpados ao longo das últimas décadas.

Também é mais que desigualdade a imoralidade da estrutura nos serviços de saúde, que, apesar do esforço do SUS, distribui desigualmente o tempo de vida e de saúde dos brasileiros, conforme a renda de que dispõe cada um deles. É como se, graças à estrutura social, aqueles que têm dinheiro pagassem uma propina ao sistema nacional de atendimento médico e, assim, pudessem comprar mais anos de vida e com o conforto da saúde bem atendida.

Por toda a nossa história recente, os recursos públicos são distribuídos entre os que têm força de pressão, gastando-se ainda mais que o muito que se arrecada em um sistema fiscal que isenta ricos e penaliza pobres. Sobre eles joga-se o preço da inflação, roubando-lhes o valor do pouco salário que recebem; e sobre as futuras gerações joga-se o peso do endividamento. A inflação é uma corrupção generalizada: rouba dinheiro de todos e ainda mente dizendo que oferece aumentos a cada período de tempo.

O roubo vai para o governo e para os que recebem seus serviços e para aqueles que conseguem remarcar preços, aumentar juros ou conseguir aumentos de salários. Os outros são lesados, como se um gigantesco ladrão batesse legalmente a carteira do povo. Mas o sistema judiciário não julga o crime da irresponsabilidade fiscal nem o crime do endividamento que rouba as gerações futuras, obrigadas a sacrificar receitas para pagar dívidas contraídas no passado sem seu consentimento. A estrutura social e política brasileira é um sistema de propinas disfarçadas.

Finalmente, o sistema judiciário está tentando desvendar e punir os culpados pelo roubo direto por propinas financeiras, mas o Brasil ainda não despertou para os brutais vazamentos que decorrem da própria estrutura social, que exige reformas urgentes no sistema fiscal que protege ricos; na propriedade da terra que exclui trabalhadores; na legislação trabalhista que prejudica os jovens e os desempregados; na previdência que beneficia uns poucos e ameaça todos em um futuro não muito distante. Uma reforma orçamentária que impeça as corporações patronais ou de trabalhadores de jogar a dívida sobre as futuras gerações, impor taxas de juros agiotas e inflação que corrompe o salário dos trabalhadores brasileiros.

Mas essas reformas, que seriam para a estrutura socioeconômica o que os julgamentos da Lava Jato são para a propina, só virão de fato quando forem feitas as duas reformas-mãe: na maneira como fazemos política e no sistema como educamos as crianças. Dificilmente, porém, elas serão feitas na dimensão necessária: assegurar todo o poder ao povo, e não só a ilusão do voto; e garantir que o filho do mais pobre tenha a mesma chance de estudar em escola com a mesma qualidade que o filho do mais rico.

Contra essas duas reformas, o Brasil assiste a uma aliança antinacional, na esquerda e na direita. Defendem a manutenção do *status quo* a serviço dos privilégios de alguns trabalhadores e dos patrões. E não temos juízes para julgar a corrupção do discurso que justifica a corrupção da estrutura. Salvo os historiadores, quando os atuais atores do processo social já estiverem todos mortos.

Cristovam Buarque é senador (PPS-DF).

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Quem decide sobre o casamento homoafetivo?

Uma decisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, sediado em Estrasburgo, datada de 16 de julho, assegurou que o artigo 12 do Convênio Europeu de Direitos Humanos, que garante o direito ao matrimônio, apenas consagra o direito de casamento entre homens e mulheres. A decisão ocorreu em recurso de um homem que mudou de sexo em 2009, na Finlândia, e que desejava ver reconhecido seu “casamento” com sua companheira, com quem estava casado, mas na condição de casamento gay. O tribunal finlandês não validou o direito, informando ao cidadão que, se quisesse ter o estatuto de mulher e reformular seu estado civil, teria de pedir divórcio para então formar uma unidade civil, pois na Finlândia não se reconhece o casamento entre pares do mesmo sexo.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos manteve a decisão da corte finlandesa, mostrando que o Convênio Europeu de Direitos Humanos consagra o conceito tradicional de casamento entre homem e mulher e que apenas a minoria dos países da União Europeia reconhece internamente o casamento homossexual. Decidiu, portanto, que não há qualquer consenso europeu que assegure esse tipo de casamento, razão pela qual foi correta a decisão do tribunal finlandês em não permitir que fosse transformada em casamento formal a união de duas mulheres. Seu estado civil só poderia ser, portanto, alterado se o recorrente pedisse divórcio de sua mulher e com ela vivesse em sociedade civil. Do contrário, continuaria existindo o casamento na forma realizada entre um homem e uma mulher.

É de se lembrar que o mesmo assunto foi levado ao Conselho Constitucional da França (corresponde ao Tribunal Constitucional do país), que rejeitou a possibilidade de a Justiça legislar, tendo decidido “que o princípio segundo o qual o matrimônio é a união de um homem e de uma mulher fez com que o legislador, no exercício de sua competência, que lhe atribui o artigo 34 da Constituição, considerasse que a diferença de situação entre os casais do mesmo sexo e os casais compostos de um homem e uma mulher pode justificar uma diferença de tratamento quanto às regras do direito de família”, entendendo, por consequência, que “não cabe ao Conselho Constitucional substituir, por sua apreciação, aquela de legislador para esta diferente situação”. Entendeu-se, assim, que só o Poder Legislativo poderia fazer a equiparação, impossível por um tribunal judicial, considerando que “as disposições contestadas não são contrárias a qualquer direito ou liberdade que a Constituição garante”.

Na França, todavia, após a negativa do Poder Judiciário, o Poder Legislativo permitiu a união de pessoas do mesmo sexo, mas dos 28 países da União Europeia somente dez adotam tal tipo de união como se casamento fosse. Como se percebe, a decisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos não poderia ser mais coerente e mais precisa no seu respeito à legislação local.

O entendimento da corte europeia, ao avaliar que casamento só pode haver entre um homem e uma mulher, permite um contraste com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro. Determina a Constituição brasileira, em seu artigo 226, *caput*, e no § 3.º do mesmo texto, que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” e “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. Como se nota, o STF, contrariando o disposto no § 2.º do artigo 103 da Constituição — que nem mesmo nas declarações de inconstitucionalidade por omissão permite ao Pretório Excelso legislar —, terminou assumindo poderes do Congresso para legislar, o que, na visão deste velho advogado, constituiu uma inequívoca maculação à Lei Maior.

Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1.ª Região, é fundador e presidente honorário do Centro de Extensão Universitária (CEU) – Escola de Direito/Instituto Internacional de Ciências Sociais (Iics).

GAZETA DO POVO

Autoritários à solta

18 NOV 2016

Que havia deputados federais interessados em enfraquecer as medidas de combate à corrupção propostas pelo Ministério Público era fato amplamente conhecido. As manobras mais recentes seriam uma mudança radical na composição da comissão especial que analisa o projeto de lei e uma tentativa de apresentar votos em separado que desfigurariam o projeto. A revolta dos deputados ganhou força depois de o relator das Dez Medidas, Onyx Lorenzoni, concordar com a retirada de um acréscimo feito por ele mesmo ao projeto original e que previa a possibilidade de juízes e promotores responderem por crime de responsabilidade em caso de abusos.

Esse foi o motivo alegado para um grupo invadir o plenário da Câmara dos Deputados na tarde de quarta-feira, interrompendo uma sessão não deliberativa e pedindo golpe militar (eufemisticamente chamado de “intervenção”). Uma das invasoras cuspiu em um segurança da Câmara e houve tumulto; o grupo subiu até o local onde fica a Mesa Diretora e passou a gritar palavras de ordem. Os próprios invasores se disseram “de direita”, afirmaram que a ação foi combinada via WhatsApp e que o objetivo era “fechar o Congresso”.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, servidores públicos cercaram o prédio da Assembleia Legislativa fluminense enquanto começava a discussão de um pacote de austeridade particularmente severo para sanar as contas do estado, que está praticamente falido. Cinco pessoas ficaram feridas, o jornalista Caco Barcellos foi agredido e os manifestantes derrubaram uma grade, mas não repetiram o episódio do dia 8, quando o plenário da Alerj foi invadido. “Isso aqui vai virar um inferno” foi o grito de guerra dos invasores na ocasião.

No Paraná, embora os invasores tenham deixado o Prédio Histórico da UFPR —

após a reitoria aceitar condições que nada tinham a ver com a MP do Ensino Médio ou com a PEC do Teto, motivos alegados para o ato —, eles permanecem em outros prédios da instituição. Outras universidades também tiveram câmpus invadidos em outros estados.

Impedir que se consolide um golpe na tramitação de medidas de combate à corrupção; defender o próprio salário, vitimado pela roubo-lheira dos governantes; protestar contra uma PEC que afeta o gasto público; exigir mais voz na discussão sobre o ensino médio. Essas são causas perfeitamente legítimas (ao contrário dos pedidos de golpe militar, que fique claro), em torno das quais os cidadãos podem se organizar. Mas o fato de cada vez mais brasileiros usarem maneiras autoritárias de se expressar — seja bloqueando direitos dos demais, nas invasões de universidades, seja impedindo o funcionamento das instituições, nas invasões de casas legislativas — é preocupante e revela aquele “déficit democrático” de que temos falado desde que cresceu o movimento secundarista que parou escolas no Paraná. Déficit este que atinge todas as pontas do espectro político, como se pode ver.

CONTINUA

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A medida que as invasões se tornam lugar comum, naufraga um aspecto vital da democracia, que é a humildade de jamais tentar impor as próprias ideias aos demais, por mais nobres que elas sejam — e quem duvida que é nobre defender projetos de combate à corrupção, lutar pela manutenção do próprio salário, pedir mais investimento governamental em áreas que se considera prioritárias ou querer participar de discussões sobre o sistema educacional do país? Na democracia, as controvérsias e as divergências de opinião são resolvidas pelos canais institucionais previamente definidos e que incluem o Poder Judiciário e o crivo popular (em plebiscitos ou referendos) ou dos representantes eleitos pelo povo. Nesse processo, às vezes se ganha e às vezes se perde — e, quando se perde, a resposta à derrota deve ser o aprimoramento dos argumentos e das estratégias de persuasão, nunca o recurso à força. Pois a mobilização, se feita de forma democrática, sempre rende seus frutos, como no caso, já recordado pela **Gazeta**, das Diretas Já, rejeitadas de imediato, mas que abriram o caminho para a eleição de 1989. Quando se escolhe a força como meio de imposição das próprias convicções, no entanto, pavimenta-se o caminho para cada vez mais radicalismo.

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Chefe da força-tarefa reclama que “lei está nas mãos de quem será punido”

Dallagnol pede ao presidente do Senado que tenha o mesmo entusiasmo com que questiona salários do Judiciário para buscar medidas de combate à corrupção

●O procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, afirmou ontem que “a lei está na mão das pessoas que serão punidas [pela operação]” em referência a parlamentares investigados. Ele disse esperar que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), tenha o mesmo entusiasmo que tem para questionar salários do Judiciário para buscar medidas de combate à corrupção.

O procurador disse que o Ministério Público Federal apoia a comissão do Senado, criada por Renan, que vai realizar um pente-fino nos salários acima do teto constitucional. “O que nos causa estranheza é que as prioridades agora estejam sendo pautadas com uma mira no Judiciário e no Ministério Público, o que nos faz indagar: quais são as intenções e os propósitos reais desses projetos de lei e dessas comissões que estão sendo endossadas pelo presidente do Senado? O que esperamos é que, com o mesmo entusiasmo que ele [Renan] está buscando essas iniciativas [de analisar os supersalários] sejam também buscadas iniciativas de combate à corrupção, de reforma do sistema político, que incentiva hoje a corrupção, e iniciativas para que possamos ter salários inferiores ao limite do Supremo Tribunal Federal”, afirmou Dallagnol.

O procurador lembrou que a Procuradoria da República no Distrito Federal já moveu ações questionando irregularidades em vencimentos de servidores do Senado.

‘Autopreservação’

Dallagnol qualificou como “sentimento de autopreservação” as iniciativas de políticos diante das perspectivas de serem atingidos pelo avanço das investigações da operação que coordena. “A Lava Jato está buscando punir pessoas poderosas. O detalhe é que a lei está na mão dessas pessoas que serão punidas”, afirmou.

Ele ainda é mais específico ao falar sobre as tentativas de anistiar a prática de caixa 2 em meio à expectativa sobre um acordo de delação da construtora Odebrecht. “Existem grandes acordos de colaboração e de leniência em andamento há mais de ano. Isso gera um temor concreto por pessoas que sabem que receberam recursos espúrios, especialmente de corrupção e de lavagem de dinheiro, de que sejam atingidos pela investigação”, afirmou.

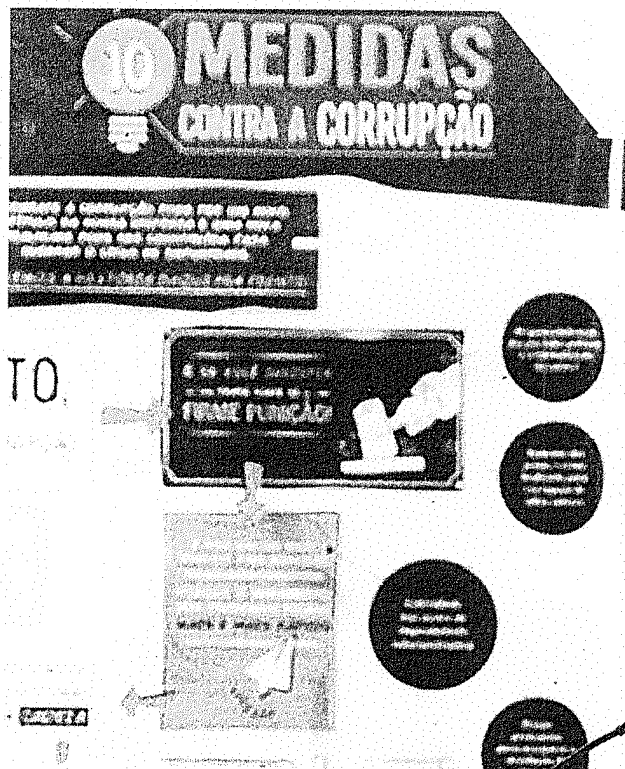
Questionado sobre um eventual acordo de colaboração com o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso há quase um mês em Curitiba, o coordenador da força-tarefa evita comentar, mas cita condições básicas para uma negociação. “Qual o nível hierárquico daquela pessoa na cadeia criminosa? Alguns princípios que a gente segue dizem que você troca uma sardinha para pegar um tubarão ou troca um peixe para pegar um cardume”, conclui o procurador.

CONTINUA

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



APELO

Integrante da força-tarefa, o procurador Athayde Ribeiro Costa fez um apelo ontem, durante coletiva sobre a Operação Calicute, para que a sociedade fique atenta às manobras do Congresso Nacional. "A sociedade deve estar vigilante para retrocessos legislativos que prejudicam as investigações. Não podemos permitir que a corrupção se perpetue. Temos que avançar em matéria de combate à corrupção e não retroceder", disse.

"O que nos causa estranheza é que as prioridades agora estejam sendo pautadas com uma mira no Judiciário e no Ministério Público, o que nos faz indagar: quais são as intenções e os propósitos reais desses projetos de lei e dessas comissões."

Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato.

CONTINUA

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Projeto anticorrupção vira alvo de conchavos

BRASÍLIA
Catarina Scortecci
Correspondente

● Embora tenha recebido mais de 2 milhões de assinaturas de brasileiros, o texto final do projeto de lei de iniciativa popular 4.850/2016, conhecido como “as 10 medidas contra a corrupção”, pode ter seu desfecho selado “a portas fechadas” dentro da comissão especial que debate o assunto na Câmara dos Deputados.

Parlamentares dispostos a aprovar uma anistia aos políticos que no passado praticaram caixa dois insistem que o ponto deve ser tratado dentro do substitutivo ao projeto de lei, elaborado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS). A ideia, contudo, não é defendida publicamente.

O relator do texto até agora tem negado que irá ceder às pressões dos colegas. Lorenzoni garante que não haverá anistia em seu substitutivo, mas alega que não pode evitar modificações no projeto de lei quando o texto chegar ao plenário da Câmara.

A despeito da posição do relator, um grupo de políticos acredita ainda que, mesmo que a anistia não esteja expressamente prevista na nova legislação, o fato de o projeto de lei criminalizar o caixa dois indicaria que a mesma prática cometida no passado ganharia um peso menor, em termos de punição.

As duas teses circulam nos corredores da Câmara desde o mês passado. Nos últimos dias, também esteve presente em reuniões. Mas, divididos entre aqueles que apoiam a

“anistia expressa” e aqueles que acreditam na “anistia automática”, o grupo de parlamentares preocupados em escapar de punições futuras prefere não abordar o assunto publicamente.

“Listão” da Odebrecht

A preocupação com as punições ao caixa dois teria ligação, especialmente, com as delações de funcionários da empreiteira Odebrecht, uma das maiores doadoras de campanhas eleitorais no país. Os acordos de colaboração, no âmbito da Lava Jato, podem ser homologados entre o final deste ano e o início de 2017.

Adiada ontem por falta de quórum, a votação do substitutivo de Lorenzoni na comissão especial deve ocorrer na próxima terça-feira.

Se aprovado, o texto finalmente entrará na pauta do plenário da Casa, após meses de trabalho da comissão, em que mais de 100 pessoas foram ouvidas em audiências públicas.

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

TJ-PR

Boa escolha do novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná! O desembargador Renato Bettga é um magistrado sério, coerente, cordial e certamente atenderá às demandas improrrogáveis do Poder Judiciário paranaense!

Antonio Neiva de Macedo Filho

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Pelé revela mágoa com Lula e elogia Sergio Moro



Pelé teve um encontro com o juiz Sérgio Moro, mas a imprensa foi proibida de registrar o momento.

“Quando o Lula entrou, me chamou e disse: ‘Pelé, você vai me desculpar, mas vamos acabar com as vilas. Estamos com o Bolsa Família, e precisamos da verba’”

Pelé, maior jogador de futebol de todos os tempos e ex-ministro.

Julio Filho

Em Curitiba, Pelé revela mágoa com Lula e elogia atuação de Moro

Em Curitiba, o Rei do Futebol conheceu o juiz da Lava-Jato.

“Estamos em um momento de mudança”, apostou

● Pelé realizou na noite desta quinta-feira (17), durante o lançamento do Programa Esportivo Lúdico Escolar, do qual é o idealizador, a vontade de conhecer Sergio Moro.

No entanto, antes da chegada do juiz federal à sede da Escola de Magistratura Federal do Paraná (Esmafe-PR), no bairro Ahú, o Rei do Futebol aproveitou o bate-papo com o público presente para elogiar a Operação Lava Jato e revelar uma mágoa com o ex-presidente Lula.

“Eu tenho uma queixa a fazer. Quando eu estava no Ministério [do Esporte], o Fernando Henrique [Cardoso] deixou a gente fazer as vilas olímpicas. Onde tinha uma vila olímpica, as crianças tinham de estudar e praticar esporte. Foi um sucesso”, relembra Pelé, sobre o período em que comandou o Ministério Extraordinário do Esporte, entre 1995 e 1998.

CONTINUA

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Quando o Lula entrou, me chamou e disse: ‘Pelé, você vai me desculpar, mas vamos acabar com as vilas. Estamos com outro projeto, o Bolsa Família, e precisamos das verbas’. Foi o término de um projeto que tira crianças da rua para dar escola e esporte. Foi uma coisa triste. Acho que foi um erro muito grande. Poderiam ter feito os dois projetos juntos”, prossegue.

Antes disso, Pelé havia reforçado os elogios que vem fazendo à Operação Lava Jato, liderada por Sergio Moro. Foi por causa da Operação que Pelé escolheu Curitiba como palco para lançar seu projeto — que tem como objetivo a inclusão social, a promoção do rendimento escolar e a universalização e desenvolvimento da prática esportiva no país para crianças em idade escolar.

“Quero dizer ao querido Moro que Deus dê saúde para ele. É um trabalho importante para o nosso país. A gente que viajou o mundo sabe como o pessoal vê o Brasil”, disse Pelé. “E acho que neste momento isto está mudando muito. É difícil você ouvir falarem mal do seu país, que só tem corrupto e ladrão. Estamos em um momento de mudança”, complementa.

Sergio Moro

O evento foi dividido em duas etapas: antes e depois da chegada de Sergio Moro. Antes da presença do juiz federal, Pelé apresentou seu projeto, falou sobre sua trajetória de vida, respondeu a perguntas do público, tirou fotos e autografou itens para os fãs. Assim que Moro chegou, o cenário mudou.

Conhecido por sua privacidade, o juiz entrou no prédio, escoltado, por uma porta dos fundos. A sala em que Pelé estava, por sua vez, foi esvaziada para que Moro e uma série de acompanhantes — além dos próprios funcionários da Esmafe-PR — se encontrassem com o Rei.

A imprensa foi proibida de registrar o encontro entre Moro e Pelé, seguindo ordens da organização do evento que visavam preservar a privacidade do juiz federal. Após o encontro com Pelé, Moro deixou o prédio sorridente e atendeu a pedidos de fotos de fãs e curiosos que o aguardavam na saída do prédio. Nesta sexta-feira (18) o Rei do Futebol deixa a cidade.

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

Youssef deixa cadeia da PF e segue para prisão domiciliar em São Paulo

Beneficiado pelo acordo de colaboração premiada, doleiro ficou apenas dois anos e oito meses preso em Curitiba

Kelli Kadanus

● Sem falar com a imprensa, O doleiro Alberto Youssef deixou ontem a carceragem da Polícia Federal de Curitiba, depois de dois anos e oito meses preso pela Operação Lava Jato. A soltura, autorizada pelo juiz federal Sergio Moro no mês passado, é resultado do acordo de colaboração premiada firmado por Youssef durante as investigações.

Uma tornozeleira eletrônica vai monitorar o doleiro pelos próximos quatro meses. Youssef vai morar em São Paulo, onde alugou um apartamento para cumprir prisão domiciliar. Segundo o acordo firmado com o Ministério Público Federal (MPF), a partir de março do ano que vem ele poderá passar ao regime aberto.

O advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, comemorou a saída do doleiro e frisou a importância da delação dele, fechada com o MPF



Yousseff pôs a tornozeleira eletrônica na sede da Justiça Federal.

em setembro de 2014, para as investigações. “Foi o maior acordo desse país, o acordo que permitiu a existência da Lava Jato”, disse. Para o advogado, o maior prejudicado pela Lava Jato não foi o Estado, e sim a democracia, por causa de “eleições compradas com o dinheiro de propina”.

Não fosse o acordo de colaboração, o doleiro teria mais de 120 anos de prisão para cumprir. Em vez disso, Youssef ficou apenas dois anos e oito meses preso em regime fechado na carceragem da Polícia Federal e tem mais quatro meses em prisão domiciliar a cumprir a partir de hoje. “As pessoas falam que a pena dele

foi pequena porque não cumpriram no lugar dele”, criticou o advogado. De acordo com as regras da prisão domiciliar, Youssef só poderá deixar o apartamento para frequentar a academia do prédio. Além disso, receberá apenas visitas da família e de seus advogados pelos próximos quatro meses.

O doleiro ainda não definiu se vai voltar para Londrina, sua terra natal, depois de cumprir a prisão domiciliar, ou se ficará em São Paulo. “O plano dele é curtir a liberdade. Eu vejo um elemento ressocializado. Ele sai da prisão sofrido, não vejo possibilidade de reincidência”, diz Basto.

CONTINUA

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

LINHA DO TEMPO

Peça-chave na investigação da Lava Jato, Alberto Youssef ganhou a liberdade ontem, após colaborar com a Justiça:



2014

Prisão

O doleiro Alberto Youssef é preso na deflagração da Operação Lava Jato.

Nova prisão decretada

A Justiça decreta nova prisão de Youssef, pela quebra do acordo de delação premiada firmado na Operação Banestado.

Transferência

A Polícia Federal pede a transferência de Youssef para presídio federal, de segurança máxima.

Celular na cela

A PF investiga se Youssef teria subornado agentes públicos para usar o celular dentro da carceragem. Cinco servidores foram investigados.

Enfarte

Youssef sofre enfarte na carceragem da PF e é submetido a um cateterismo.

Delação

Youssef negocia acordo de delação premiada.

Envenenamento

Às vésperas da eleição presidencial, Youssef passa mal na carceragem e é internado. Boatos de envenenamento são desmentidos.

2015

Maconha na prisão

A PF investiga se Youssef e o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, também preso na Lava Jato, teriam fumado maconha dentro da carceragem.

Amada amante

Durante audiência da CPI da Petrobras em Curitiba, a doleira Nelma Kodama, também presa na Lava Jato, revela ter vivido "maritalmente" com Youssef por 9 anos.

Escuta ilegal

PF abre auditoria para investigar escuta encontrada na cela de Youssef.

Aval da Justiça

Moro estabelece condições para Youssef sair da prisão

Saída da prisão

Youssef deixa a carceragem após dois anos e oito meses de prisão.

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO

STF nega pedido para que municípios sejam compensados por perda de IR e IPI

● Em decisão anunciada ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou que municípios possam ser compensados pela perda de arrecadação com Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Por nove votos a dois, os ministros rejeitaram um recurso da cidade de Itabi, no Sergipe, que pedia o repasse de valores considerando o total que poderia ser arrecadado, sem as desonerações. A decisão tem repercussão geral e deverá ser seguida por magistrados de todo o país.

Com a decisão, mesmo quando a arrecadação diminuir devido a incentivos fiscais, a União deverá manter o repasse de valores menores ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O fundo é a forma como a União repassa verbas para municípios, sendo 49% da arrecadação com IR e IPI. De acordo com a Procuradoria-geral da Fazenda, nos últimos cinco anos R\$ 218 milhões foram concedidos em benefícios tributários pela União.

18 NOV 2016

GAZETA DO POVO



18 NOV 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Casa da Mulher Brasileira completa cinco meses

Ao completar cinco meses de funcionamento na primeira quinzena de novembro, a Casa da Mulher Brasileira acumula 4.534 encaminhamentos, com atendimento de 2.836 mulheres vítimas de violência. O fluxo corresponde a uma média de 19 pessoas recebidas por dia, desde a abertura da casa, em junho deste ano.

A estrutura de 8 mil metros quadrados, construída ao lado do Terminal do Cabral, concentra todos os serviços especializados de atendimento à mulher vítima de qualquer tipo de violência. O espaço fica aberto 24 horas por dia, todos os dias da semana, e oferece atenção psicológica, jurídica e

social às vítimas de violência, agressões físicas ou psicológicas, moral, sexual e patrimonial.

“As únicas estruturas que ainda não funcionam no local são a Delegacia da Mulher e a unidade do IML. Ainda assim, quem procura por esse atendimento tem transporte oferecido pela Prefeitura para ir e voltar até a sede da Delegacia, que já poderia estar instalada na Casa desde o primeiro dia”, avalia a secretária municipal da Mulher, Roseli Isidoro.

Além de moradoras de Curitiba, a Casa da Mulher Brasileira recebeu vítimas de 19 municípios da região metropolitana. Foram 144 encaminhamentos de outras

idades. Em casos extremos, em que se comprova que a mulher corre risco de morte, a Casa oferece acolhimento de passagem por até 48 horas, enquanto os serviços integrados agilizam o processo para que ela volte o mais rápido possível à sua residência, sem a presença do agressor.

Nestes cinco meses, 782 mulheres passaram pelo atendimento psicossocial e 36 foram acolhidas no alojamento provisório. Houve ainda 15 encaminhamentos de vítimas para casas de parentes, abrigo ou retorno seguro para a própria casa. A brinquedoteca recebeu 243 crianças enquanto as mães eram atendidas.

BEMPARANÁ Acúmulo

A Justiça bloqueou os bens do ex-diretor geral do Hospital Regional do Litoral (2011-2014), em Paranaguá. A liminar atende ação civil pública do Ministério Público do Paraná, que acusa o ex-diretor de improbidade administrativa por acúmulo irregular de cargos. Segundo os promotores, o servidor teria acumulado, entre os anos de 2011 a 2014, o cargo de diretor do hospital com a função de médico em um posto de saúde, contrariando lei que regulamenta o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que determina dedicação integral do profissional junto ao estabelecimento hospitalar. Na ação, o MP requer a devolução de todas as verbas salariais recebidas pelo servidor. Além disso, ele também autaria como médico particular.

1 8 NOV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ LIBERADO E TRANQUILO

Youssef deixou a prisão e vai morar em bairro nobre de São Paulo, de frente pro Ibirapuera

Kelli Kadanus

O doleiro Alberto Youssef deixou ontem a carceragem da Polícia Federal (PF) de Curitiba, onde estava preso desde a deflagração da Operação Lava Jato há dois anos e oito meses. Ele foi o terceiro investigado a firmar um acordo de colaboração premiada durante as investigações. Youssef esteve na tarde de ontem na Justiça Federal, em Curitiba, para colocar a tornozeleira eletrônica.

Depois o doleiro seguiu de carro até São Paulo, onde alugou um apartamento para cumprir prisão domiciliar pelos próximos quatro meses. Segundo o acordo firmado com o Ministério Público Federal (MPF), a partir de março do ano que vem Youssef poderá passar para o regime aberto.

O advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, comemorou a saída do doleiro da prisão e frisou a importância do acordo para as investigações. Se não fosse o acordo de colaboração, o doleiro teria mais de 120 anos de prisão para cumprir



Youssef vai morar sozinho em apartamento e usar tornozeleira eletrônica.

pena a qual foi condenado pelo juiz federal Sergio Moro nos processos da Lava Jato. Em vez disso, Youssef ficou apenas dois anos e oito meses preso em regime fechado na carceragem da Polícia Federal e tem mais quatro meses em prisão domiciliar a cumprir a partir de hoje.

“As pessoas falam que a pena dele foi pequena porque não cumpriram no lugar dele”, criticou o advogado. De acordo com as regras da prisão domiciliar, Youssef só poderá deixar o apartamento para frequentar a academia do prédio. Além disso, o doleiro só poderá receber visitas da família e de seus advogados pelos próximos quatro meses. Segundo Basto, o doleiro está “ansioso para ver a família”. Youssef foi preso na deflagração da Lava Jato e firmou acordo de colabo-

ração em setembro de 2014. Ele detalhou aos investigadores como funcionava o esquema de corrupção na Petrobras e entregou vários agentes públicos, políticos e operadores que faziam parte do esquema.

O doleiro ainda não definiu se vai voltar para Londrina, sua terra natal, depois de cumprir a prisão domiciliar, ou se ficará em São Paulo. “O plano dele é curtir a liberdade. Eu vejo um elemento ressocializado. Ele sai da prisão sofrido, não vejo possibilidade de reincidência”, disse o advogado.

Segundo o advogado, o doleiro não sofreu nenhuma ameaça. “Até agora não houve ameaça, mas a Lava Jato enfrenta agora os grandes profissionais do crime”, alertou o advogado. Para ele, o governo Dilma era o “time amador” do mundo do crime.

18 NOV 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

LULA VEM AI

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi intimado ontem a comparecer à sede da Justiça Federal do Paraná, aqui em Curitiba, na segunda, quarta e sexta da semana que vem. A intimação foi feita pela Justiça Federal de São Bernardo do Campo, cidade paulista onde o petista mora, a mando



do juiz federal Sergio Moro. Lula deverá acompanhar as audiências da ação penal em que é réu na Operação Lava Jato. Nos três dias, serão ouvidas as 12 testemunhas de acusação do processo. Na segunda-feira, serão inquiridos os empreiteiros Augusto Mendonça, Dalton Avancini e Eduardo Hermelino e o ex-senador Delcídio do Amaral. Na quarta-feira, será a vez do ex-deputado Pedro Corrêa, dos ex-diretores da Petrobras Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa, e do ex-gerente da estatal Pedro Barusco. Os depoimentos do doleiro Alberto Youssef, do pecuarista José Carlos Bumlai, e dos lobistas Fernando Baiano e Milton Pascowitch serão ouvidos na sexta-feira. A esposa do ex-presidente, Marisa Leticia, e o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, ambos réus da mesma ação penal, também foram intimados pela Justiça Federal a comparecer nas audiências da semana que vem.

PRESO

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB) foi preso ontem numa nova fase da Lava Jato realizado na capital fluminense, numa ação conjunta entre a força-tarefa da operação do Paraná e a força-tarefa que apura os desdobramentos do caso no Rio. A Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e a Receita Federal investigam o desvio de recursos públicos federais em obras realizadas pelo governo estadual do Rio de Janeiro. A ação foi batizada de Operação Calicute. O ex-governador foi preso preventivamente. O peemedebista estava em sua casa, no Leblon, zona sul da capital, e foi levado pela PF sob gritos de "ladrão" de cidadãos. Cabral foi levado à Superintendência da PF no Rio. A mulher de Cabral, Adriana Ancelmo, foi alvo de mandado de condução coercitiva, em que ela é obrigada a prestar depoimento.

18 NOV 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Cabral recebeu "mesadas" de empreiteiras de 2007 a 2014

Ex-governador do Rio foi preso ontem pela Polícia Federal

Preso hoje (17) pela Polícia Federal, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral teria recebido propina de construtoras em seus dois mandatos, entre 2007 e 2014, afirmaram hoje (17) a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal. Segundo as investigações, o ex-governador chefiava um esquema de corrupção que

cobrou propina de construtoras, lavou dinheiro e fraudou licitações em grandes obras no estado realizadas com recursos federais.

De acordo com Ministério Público Federal, Sérgio Cabral chegou a receber R\$ 350 mil de "mesada" da Andrade Gutierrez e R\$ 200 mil da Carioca Engenharia que, no segundo man-

dato, aumentou o pagamento para R\$ 500 mil.

As investigações começaram em julho, a partir de informações colhidas em acordos de delação premiada de executivos da Andrade Gutierrez e da Carioca Engenharia. A PF e o MPF se concentraram na apuração de irregularidades em três obras, cada uma orçada em mais de R\$ 1 bilhão:

a reforma do Maracana para a Copa de 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Favelas e o Arco Metropolitano. A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, por sua vez, investigou a contratação da Andrade Gutierrez para a obra de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperi). ●

Punição aos juízes

O presidente da comissão que analisa na Câmara um pacote de medidas de combate à corrupção, deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA), afirmou nesta quinta-feira (17) que a "grande maioria" dos integrantes do colegiado quer que o relatório final inclua a possibilidade de enquadrar juízes e membros do Ministério Público (MP) em crime de responsabilidade. Em razão de divergências entre os integrantes da comissão em torno da proposta, Passarinho cancelou a sessão.

Quadro negro

Detido desde julho do ano passado, o empresário Eduardo Lopes de Souza foi solto nesta quinta-feira (17) para cumprir prisão domiciliar. Ele apontado como o verdadeiro dono da Valor Construtora, que está envolvida em um esquema de desvio de dinheiro público de obras da Secretaria Estadual de Educação (Seed). Souza é réu na Operação Quadro Negro, que apura irregularidades em obras em escolas estaduais pelo Paraná.

17 NOV 2016

Fábio Campana - Site

Novo presidente do TJ quer manter parceria com Traiano

As boas relações entre a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça do Paraná devem prosseguir e se aprofundar nos próximos dois anos. Esse é o objetivo do novo presidente do TJ-PR, desembargador Renato Braga Bettega, eleito ontem para o biênio de 2017-2018, que visitou nesta quinta-feira (17), pela manhã, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB). Bettega estava acompanhado do atual presidente do Tribunal, Paulo Vasconcelos, e da nova 2º vice-presidente, Lídia Maejima.

Traiano, Renato Bettega, Paulo Vasconcelos e Lídia Maejima analisaram projetos conjuntos do Tribunal e Assembleia, como o Geração Atitude, voltado para estimular a participação dos jovens na política, e trocaram ideias sobre ações desenvolvidas pelo TJ e pela Assembleia em benefício da comunidade. Paulo Vasconcelos, informou que o Tribunal, quando são construídos novos fóruns no interior, costuma entregar os antigos prédios para as prefeituras que os utilizam para a instalação de creches, ou secretarias municipais.

Traiano destacou que a Assembleia tem desenvolvido diversas ações com o objetivo de contribuir para a comunidade. Dentre elas o “Assembleia no Enem”, o Parlamento Universitário, Escola do Legislativo, além de exposições de arte, lançamento de livros e atividades culturais. “A sociedade espera do setor público uma participação maior na vida da comunidade”, disse Traiano. “Estamos fazendo todo o possível para atender essa expectativa”.

Participaram do encontro os deputados Plauto Miró, Elio Rusch, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Alexandre Curi, Bernardo Carli e Pedro Lupion.